

**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº
12/2023****Data de Abertura: 12/06/2023 às 14:00h****No sítio:** www.gov.br/compras/pt-br**CÓDIGO UASG: 926677****Data do Edital:** 24/05/2023**OBJETO**

Contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O Valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 27.486,20 (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)**, para 12 meses de contrato.

A despesa desta licitação onerará os recursos financeiros classificados sob o número **01.031.3001.4004.3.3.90.40.99.01.100 – Item 28 do PCA 2023.**

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico www.campinas.sp.leg.br e poderá ser acessado no www.gov.br/compras/pt-br, a partir das 8h do dia **25/05/2023.**

MODO DE DISPUTA:	REGIME DE EXECUÇÃO:	VISTORIA:
Aberto	Empreitada por preço global	Facultativa

LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COTAS PARA ME/EPP/COOP:	FORMA DE ADJUDICAÇÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL
Não	Menor Preço Global	Termo de Contrato

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS).....	16
8. DOS RECURSOS	23
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023

(Processo Administrativo CMC-ADM-2023/00013)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação consiste na Contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.5.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **Valor total do item;**

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. **Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.**

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1.A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 5.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas nas condições do subitem anterior, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.18.2.2. empresas brasileiras;
 - 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - 5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

5.19.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro **examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital** e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.1.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.1.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

6.5.1.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA

- 6.5.1.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

- 7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

7.1.1. **Habilitação Jurídica:**

- 7.1.1.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.1.1.2. Tratando-se de **microempreendedor individual - MEI**:
Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI
cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no
sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.1.1.3. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou
contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial
da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de
seus administradores;

7.1.1.4. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no
Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede,
acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.1.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em
funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou
Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente,
quando a atividade assim o exigir;

7.1.1.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em
vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente
arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das
Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que
trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.1.1.7. As **Cooperativas de Consumo** deverão encaminhar além de seu
ato constitutivo, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)
referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou
técnico em Ciências Contábeis devidamente habilitado, constando
nome completo e registro profissional, nos termos do art. 34 da Lei
Federal 11.488/07, a fim de comprovar sua equiparação às MEs e
EPPs.

7.1.1.8. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas
as alterações ou da respectiva consolidação.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.1.1.9. Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de:

7.1.1.9.1. **Certidão** expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;

7.1.1.9.2. **Documento** expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;

7.1.1.9.3. Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – **Simples Nacional**.

7.1.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

7.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.1.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;

7.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.1.3.1. **Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.1.3.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva para recuperação judicial/extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação;

7.1.3.1.2. Se o licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem 7.1.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

7.1.4. Qualificação Técnica:

7.1.4.1. No mínimo, 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução do serviço pertinente e compatível com o

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

objeto da licitação, em características, prazos e quantidades exigidas, admitindo-se a soma de atestados para este fim.

7.1.4.1.1. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de contratos, notas fiscais, dentre outros documentos.

7.1.4.2. Atestado de Visita Técnica (Anexo I – A – Modelo de Declaração de Vistoria) ou Declaração de empresa (nos moldes do Anexo I – B – Modelo de Declaração de dispensa de Vistoria/Visita) informando que conhece as condições locais para a execução do objeto, não cabendo assim nenhum custo adicional em sua proposta em razão da falta de visita ao local onde serão executados.

7.1.4.3. Ainda, de forma a demonstrar a prova de Qualificação Técnica, os licitantes deverão apresentar **certidão de regularidade junto à SUSEP**, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.1.4.3.1. No caso de certidão com apontamentos, que demonstre que a empresa está em regime de direção fiscal ou de intervenção, o plano de ações deve, comprovadamente, possibilitar a participação em licitações ou deve existir manifestação nesse sentido do diretor-fiscal designado pela Susep.

7.1.5. Outras comprovações:

7.1.5.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, conjuntamente com a proposta comercial atualizada, declaração subscrita por representante legal do licitante, conforme disposto no **Anexo IV – Modelo de Declarações**, atestando que:

7.1.5.1.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, caso se trate de administrador pessoa

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação está sendo cumprido e de que não há vedação para participação em licitações;

7.1.5.1.2. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que deverá apresentar comprovação documental de que o plano de recuperação está sendo cumprido e de que não há vedação para a participação em licitações;

7.1.5.1.3. E que não possui, em seus quadros, administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

7.1.6. Regras Gerais

7.1.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados no comprasnet poderão ser solicitados em original ou por meio de cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, NO MÍNIMO, **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º\)](#):

7.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação [\(art. 4º do Decreto nº 8.538/2015\)](#).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, assim entendido o prazo de 1 (uma) hora para manifestação da intenção;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente por forma eletrônica, *pelos seguintes e-mails*: licitacoes@campinas.sp.leg.br ou compras.camara.campinas@gmail.com
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e endereço eletrônico <http://www.campinas.sp.leg.br/transparencia/compras-e-licitacoes/pregao-eletronico/2023>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
 - ANEXO I-A – Modelo de atestado de visita e vistoria;
 - ANEXO I-B – Modelo de declaração de dispensa de visita e vistoria;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

- ANEXO I-C – Modelo de proposta;
- ANEXO I-D – Informações complementares;
- ANEXO II - Modelo de Termo de Ciência e Notificação;
- ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO IV – Modelo de Declarações

Campinas, 24 de maio de 2023.

Julio Cesar Favinha

Diretor de Materiais e Patrimônio

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMCICV202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

Anexo I

Termo de Referência

Processo nº

1. OBJETO

1.1 Contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de seguro patrimonial compreensivo decorre da necessidade da Administração prevenir-se de riscos diversos e eventuais sinistros que possam ocorrer com os bens patrimoniais, conforme estudo técnico preliminar (ETP).

3. DOS LOCAIS DE COBERTURA

3.1. Os imóveis a serem cobertos pelo seguro a ser contratado estão indicados no quadro abaixo:

	IMÓVEL	ENDEREÇO	OBJETO
Imóvel 01	Prédio da Câmara Municipal de Campinas - Prédio Principal, Plenário, Almoxarifado, Biblioteca, Edificações de apoio e Anexos. Com unidades administrativas, gabinetes de vereadores, plenarinho, salas de reuniões, recepções, estúdios de rádio e TV, sala de informática, data center, enfermaria, correspondência, Gestão Documental, copas, Arquivo, cozinhas, quiosques, guaritas, postos de Segurança, portarias de veículos, garagens, estacionamentos, subestação elétrica com	Avenida da Saudade, 1004, Bairro Ponte Preta – Cep: 13041-670	Imóvel, com área de 9.459,40 m² de terreno e área construída de aproximadamente 9.780,53 m², e conteúdo constituído por bens, equipamentos e afins presentes no local

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

	gerador de energia, Data Center modular com geradores de energia, lavanderia, instalações sanitárias, reservatório de água, instalações elétricas, elevadores e rede de dados.		
Imóvel 02	Prédio onde se encontra a Torre de transmissão da TV Câmara (Somente conteúdo)	Rua José Martins Lourenço, 235 – Jardim São Gabriel – Cep: 13045-310	Somente será segurado o conteúdo, constituído por bens, equipamentos e afins presentes no local

3.2. No prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, são desenvolvidas atividades: Administrativas, atendimento ao público, segurança, recepção, monitoramento, estoque de mercadorias (Almoxarifado), gestão de documentos, processamento de dados (Data center), serviços de tecnologia da informação, manutenção e conservação, sessões plenárias, eventos, serviços de reprografia, filmagem, produção e transmissão da TV legislativa, sonoplastia, medicina ocupacional, educacional.

3.3. No prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 02**, são desenvolvidas atividades: Transmissão da TV Legislativa.

3.4. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, possui caixa eletrônico.

3.5. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, possui área construída e própria para acondicionamento de um Data Center Outdoor Modular (SDOM), padrão TIA942, TIER 3, incluindo sistema motor-gerador, ar-condicionado de precisão, no-break e baterias, proteção contra incêndio, controle de acesso e monitoração. Devendo ser considerado como área construída e parte integrante do imóvel 01.

3.6. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, encontra-se em reforma.

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

4. SISTEMA DE SEGURANÇA PREDIAL

4.1. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, possui sistema de proteção contra descargas atmosféricas e sistema de combate a incêndio, composto de extintores portáteis, hidrantes, alarme de incêndio, iluminação de emergência e contrato vigente de Bombeiro Civil. Possui serviço de segurança 24 horas e monitoramento por câmeras, com contrato vigente.

4.2. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 02**, possui sistema de proteção contra descargas atmosféricas e extintor e sistema de alarme.

4.3. O prédio identificado no subitem 3.1, **imóvel 01**, possui 127 vagas de estacionamento internas. O estacionamento interno funciona das 8:00hs às 22:00hs com controle de entrada/saída de veículos realizado por empresa de segurança terceirizada.

5. VALORES DOS BENS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES

Item	Imóvel e instalações	Valor (R\$)
1	Avenida da Saudade, 1004, Bairro Ponte Preta – Cep: 13041-670	R\$ 15.780.018,96
2	Rua José Martins Lourenço, 235 – Jardim São Gabriel – Cep: 13045-310	Somente conteúdo

6. VALORES DOS BENS MÓVEIS E ESTOQUES

6.1 DOS BENS MÓVEIS E ESTOQUES

	IMÓVEL 01 Avenida da Saudade, 1004, Bairro Ponte Preta	IMÓVEL 02 Rua José Martins Lourenço, 235 – Jardim São Gabriel
MMU- MMU (Máquinas, Móveis ou Utensílios e estoques de		

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

Almoxarifado)	R\$ 10.266.559,23	R\$ 541.820,89
Valor total	R\$ 10.266.559,23	R\$ 541.820,89

7. DOS RISCOS COBERTOS E FRANQUIAS

7.1. O seguro deverá promover as coberturas elencadas nos subitens 7.2, 14.2 e 14.3.

7.2. Das indenizações e franquias conforme o dano:

LOTE	Cobertura	Limite Máximo de Indenização – Imóvel 01	Limite Máximo de Indenização – Imóvel 02 (Somente bens móveis.	Franquia
	<i>Incêndio/raio/explosão/implosão de qualquer natureza e queda de aeronave – Bens imóveis, instalações</i>	R\$15.000.000,00	--	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	<i>Incêndio/raio/explosão/implosão de qualquer natureza e queda de aeronave - Bens móveis e estoques</i>	R\$ 10.000.000,00	R\$500.000,00	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	<i>Danos Elétricos: todos os equipamentos elétricos, especialmente Equipamentos de áudio,</i>	R\$ 3.000.000,00	R\$300.000,00	10% do prejuízo (mínimo de R\$

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

LOTE 01	<i>vídeo e foto, Máquinas e utensílios de escritório, Aparelhos e utensílios domésticos, Equipamentos de tecnologia da informação e processamento de dados, Máquinas e equipamentos energéticos, Equipamentos médicos, Aparelhos e equipamentos de comunicação, Ferramentas elétricas, Aparelhos de ar-condicionado (unidades evaporadoras e condensadoras), Central de pabx, Central de monitoramento e segurança, Geradores de energia, Central de TV, Gerador de energia, elevadores, Instalações elétricas e rede de dados.</i>			2.000,00)
	Quebra de vidro (danos resultantes da ação de calor artificial ou causados por imprudência, culpa de terceiros ou por atos involuntários do segurado, funcionários ou prepostos).	R\$ 70.000,00	--	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 500,00)
	Responsabilidade civil Guarda de veículos de terceiros – Roubo/incêndio (127 vagas no total).	R\$ 200.000,00	--	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	Roubo e furto qualificado de bens.	R\$ 500.000,00	R\$ 300.000,00	10% do prejuízo

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

				(mínimo de R\$ 2.000,00)
	Impacto de Veículos Terrestres.	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	Tumultos/greves/lock-out- Sem atos dolos	R\$ 700.000,00	--	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	Danos decorrentes de Vendaval/Tempestade/Furacão/Tornado/Ciclone/Granizo/fumaça	R\$3.000.000,00	R\$300.000,00	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)
	Responsabilidade Civil – Operações	R\$ 1.000.000,00	R\$300.000,00	10% do prejuízo (mínimo de R\$ 2.000,00)

7.3. O valor da franquia obrigatória será de acordo com os constantes nos subitens acima, que será reembolsado à Contratada mediante a ocorrência do sinistro.

7.4. Para o imóvel 01 o valor da cobertura básica ***“Incêndio/raio/explosão/implosão de qualquer natureza e queda de aeronave”*** será composto pela soma dos Bens imóveis, instalações, bens móveis e estoques constantes no item 7.2

8 – DA VIGÊNCIA DA APÓLICE

8.1. A apólice terá vigência de 12 meses, contados a partir da 0:00h da data indicada no termo contratual, o qual poderá ser prorrogável nos termos da legislação vigente.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

9.1. Cobrir os riscos contratados.

9.2. Emitir a apólice em até 15 (quinze) dias, após a assinatura do respectivo termo contratual e entregá-la na Coordenadoria de Patrimônio da Câmara Municipal de Campinas, localizada na Av. da Saudade, 1004 – Ponte Preta, Campinas, São Paulo.

9.2.1 A vigência do seguro será iniciada a partir das 24:00 horas da data indicada no contrato, *ficando claro que já haverá cobertura securitária durante o interregno de tempo entre a assinatura do contrato e emissão e entrega da apólice.*

9.3. Providenciar a regulação de sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Câmara Municipal de Campinas e ao pagamento das indenizações devidas, se for o caso.

9.4. Nomear preposto e disponibilizar para a Contratante todos os meios de contato existentes, como o nome deste, endereço, e-mail, telefone.

9.5. Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o terceiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.

9.6. Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

9.7. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do certame.

9.8. Aceitar as modificações necessárias no contrato, em especial no que diz respeito aos tipos de cobertura e valores, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

9.9. Providenciar total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante a Câmara Municipal de Campinas e ao pagamento das indenizações devidas, se for o caso.

9.10. Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, exceto as hipóteses de resseguro e co-seguro.

9.11. Guardar sigilo absoluto sobre as informações de que vier a ter conhecimento por força da contratação.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

9.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Campinas.

9.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Campinas, durante a execução do contrato.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Informar precisamente os dados para a emissão da apólice;

10.2. Comunicar às Seguradoras toda e qualquer alteração substancial no risco.

10.3. Comunicar o sinistro à Contratada, no prazo máximo de 3 dias úteis a contar do conhecimento do fato.

10.4. Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada, quando for o caso.

10.5. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro.

10.6. Comunicar à contratada quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens ou de risco relevante.

10.7. Efetuar o pagamento dentro do prazo estabelecido, conforme estabelecido na Cláusula Nona da minuta do Contrato.

11 – DAS PROPOSTAS E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. As propostas deverão ter prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

11.2. Na proposta não deverá estar incluído o valor do IOF, em decorrência do que estabelece o §3º do art. 2º, do Decreto nº 6.306/2007.

11.3. A licitante deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de seguros no Brasil.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

12 – DA VISTORIA

12.1. É facultado aos licitantes realizar vistoria nos imóveis descritos no item 3.1, a fim de verificar as especificações apresentadas, observando-se o seguinte:

I – A vistoria realizada pela empresa ensejará por parte da contratante emissão de atestado de visita e vistoria.

II – Em hipótese alguma o desconhecimento das condições dos imóveis poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do seguro a ser contratado.

III – A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data da abertura da Sessão Pública, devendo ser agendada junto a Coordenadoria de Patrimônio, por meio do telefone (19) 3736-1892, das 9h00 às 17h00.

IV – Entende-se como vistoria os levantamentos que possam ser realizados pelas licitantes para efeito de apresentação das propostas, tais como visitas aos locais para a avaliação de riscos, constatação de existência de proteção e de combate a incêndio de acordo com as normas de segurança em vigentes;

V – Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto da licitação responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.

13 – DA APÓLICE

13.1 A apólice de seguro deverá conter:

I – A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro.

II – O valor do prêmio total.

III – A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado.

IV – O valor das franquias.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

14.1. Deverá ser reservado, à Contratada, o direito de proceder, durante a vigência do contrato, a inspeção regular dos objetos segurados.

14.2. Os bens móveis e imóveis devem estar segurados contra danos materiais causados por incêndios, explosões de qualquer causa e natureza, onde quer que se tenha originado, inclusive suas consequências, além de danos por queda de raios. Devem estar cobertos, também, os prejuízos decorrentes de esforços para o combate ao incêndio, minimização de perdas e salvamento de bens segurados e desentulho do local em decorrência de risco coberto.

14.3. Os bens móveis, as instalações elétricas e eletrônicas e o material de acabamento devem estar cobertos contra danos elétricos causados por variações anormais de tensão, curto-circuito, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas ou qualquer efeito ou fenômeno da natureza e pela queda de raio.

14.4. Os valores dos bens constantes no item 5. e 6., foram avaliados já descontadas as depreciações e estão em constantes mudanças devido: depreciações, baixas, aquisições e reavaliações.

15. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. A fiscalização e gestão contratual serão efetuadas conforme estabelecido na minuta de contrato na Cláusula Décima Primeira.

16. DAS SANÇÕES

16.1. As sanções serão executadas conforme estabelecido na minuta de contrato.

João Paulo do Couto
Coordenador de Patrimônio

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX:
(19) 3736-1300



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMCICY202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO I-A

MODELO DE ATESTADO DE VISITA E VISTORIA

Atesto para os devidos fins, que o Sr(a) _____
RG: _____, representante da Empresa
_____ visitou e vistoriou o(s) local(is), onde será(ão)
executado(s) os serviços, objeto do Pregão Eletrônico nº xxx/2023, Processo CMC-ADM-
2023/00013, em ____ de _____ 2023, tendo tomado conhecimento de todas as
informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações referentes
ao objeto da licitação.

Campinas, ____ de _____ de 2023

Servidor designado pela

Câmara Municipal de Campinas

Representante legal da empresa

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO I-B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA E VISTORIA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, ETC), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita e vistoria ao(s) local(is) de execução do serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico nº xxxx/2023.

Campinas, _____ de _____ de 2023.

Assinatura

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA

ANEXO I – C
MODELO DE PROPOSTA**PROCESSO CMC-ADM-2023/00013****OBJETO:** Contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável, conforme especificações contidas no Termo de Referência.**DADOS DO FORNECEDOR****RAZÃO SOCIAL:**

CNPJ:	I.E.:		
ENDEREÇO:			Nº:
COMPLEMENTO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	ESTADO:	CEP:	
ENQUADRAMENTO:	<input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		
E-MAIL:	TELEFONE:		

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	PREÇO TOTAL
01	Contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	01	Serv.	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			R\$	
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS				
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:				
PRAZO PARA ENTREGA:				
DADOS BANCÁRIOS				
BANCO:		AG:	C/C:	
DADOS SÓCIO RESPONSÁVEL:			CPF:	
1. Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por				

Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo
(19) 3736-1590Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>

CMC/CV202300046

esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos fornecimentos discriminados e especificações técnicas.

2. Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.
3. Declaro, por fim, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos, em conformidade com o disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
4. Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).
5. É necessária a emissão **Nota Fiscal de Serviços**, de acordo com a Lei Municipal nº 12.392/2005 e lista anexa.

Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA

NOME
CPF:
CARGO/FUNÇÃO
E-MAIL
TELEFONE

Local/Data

Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo
(19) 3736-1590



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Compras e Licitações
compras@campinas.sp.leg.br

Assinatura

*Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo
(19) 3736-1590*



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



SIGA

ANEXO I – D
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Seguradora atual: **Sompo Seguros S/A**

Final da vigência: **19/06/2023**

Valor do último prêmio pago: **R\$ 15.189,35**

Sinistro nos últimos 05 anos: **Em 19/01/2023, devido à chuva houve uma queda de árvore causando danos a uma parte grade frontal.**

Prédio em reforma ou em construção: **Prédio está passado por reformas pontuais**

Prédio tombado pelo patrimônio histórico: **Não há.**

- A torre de transmissão da TV Câmara não pertence à Câmara Municipal de Campinas e, portanto, não está compreendida nas coberturas solicitadas;
- Em relação a cobertura de Responsabilidade Civil Guarda de Veículos de Terceiros a mesma será concedida para os eventos de incêndio e roubo. Não há manobrista no local. Há controle de entrada e saída de veículos, há 128 vagas.
- O estacionamento funciona da 08:00 às 22:00.
- Quanto aos equipamentos de áudio, vídeo, fotos, equipamentos de informática e tecnologia os mesmos terão cobertura exclusivamente quando operados dentro das dependências dos imóveis 1 e 2;
- Quanto à cobertura de fumaça, essa se refere aos danos causados pela fumaça oriunda do próprio local a ser segurado pela apólice;
- Não existem bens em desuso ou inservíveis, quando há bens nestas condições são encaminhados para desfazimento;
- A cobertura de tumulto deve compreender atos não dolosos;
- O prédio identificado no imóvel 1 possui almoxarifado com estoque de mercadorias de consumo e bens permanentes;
- Parte das telhas do imóvel 01 são termoacústica (sanduíche)
- O prédio identificado no imóvel 1 possui caixa eletrônico
- Não há casa de guardados;
- Possui setor de manutenção;



Assinado com senha por JOAO PAULO DO COUTO.
Documento Nº: 221416.809450-5676 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=221416.809450-5676>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



SIGA



SIGA

- Não há marcenaria ou corte de madeira no local



Assinado com senha por JOAO PAULO DO COUTO.
Documento Nº: 221416.809450-5676 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=221416.809450-5676>



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



SIGA



SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO II

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme
“Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CY202300046

SIGA



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br
CONTRATO Nº __/2023

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PATRIMONIAL COMPREENSIVO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, NA MODALIDADE LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E A EMPRESA _____:

A Câmara Municipal de Campinas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Av. da Saudade, 1004 – Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de S. Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador _____, domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na Av. _____, _____, cidade/UF, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, representada por _____, qualificação completa, email: _____, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Pregão Eletrônico nº __/2023, instruído no Protocolo CMC-ADM-2023/00013 ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a contratação de seguro patrimonial compreensivo para a Câmara Municipal de Campinas, na modalidade Limite Máximo Indenizável, em conformidade com as especificações técnicas previstas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2 – Os imóveis acobertados pelo seguro são:

	IMÓVEL	ENDEREÇO	OBJETO
Imóvel 01	Prédio da Câmara Municipal de Campinas – Prédio Principal, Plenário, Almoxarifado, Biblioteca, Edificações de apoio e Anexos. Com unidades administrativas, gabinetes de vereadores, plenarinho, salas de reuniões, recepções, estúdios de rádio e TV, sala de informática, data center, enfermaria, correspondência, Gestão Documental, copas, Arquivo, cozinhas, quiosques, guaritas, postos de Segurança, portarias de veículos, garagens, estacionamentos, subestação elétrica com	Avenida da Saudade, 1004, Bairro Ponte Preta – CEP 13041-670	Imóvel, com área de 9.459,40 m² de terreno e Área construída de aproximadamente 9.780,53 m², e conteúdo constituído por bens, equipamentos e afins presentes no local

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

	gerador de energia, Data Center modular com geradores de energia, lavanderia, instalações sanitárias, reservatório de água, instalações elétricas, elevadores e rede de dados.		
Imóvel 02	Prédio onde se encontra a Torre de transmissão da TV Câmara (Somente Conteúdo)	Rua José Martins Lourenço, 235 – Jardim São Gabriel – CEP 13045-310	Somente será segurado o conteúdo constituído por bens, equipamentos e afins presentes no local.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - O contrato terá seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, com início previsto para a 00h00min da data estipulada na Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado ao final de sua vigência, desde que obedecidas as mesmas condições estipuladas no edital e seus anexos, mediante Termo Aditivo, por acordo entre as partes e devidamente justificada a prorrogação, nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

2.2 – A CONTRATADA deverá emitir a apólice em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura deste Contrato, indicando como data de início da vigência do seguro a 00h00min da data estipulada na Ordem de Serviços, ficando claro que já haverá cobertura securitária durante o interregno de tempo entre a data em referência e a emissão e entrega da apólice.

2.2.1 – Após emitida, a Apólice deverá ser entregue na Coordenadoria de Patrimônio da Câmara Municipal de Campinas, localizada na Avenida da Saudade, nº 1004 – Ponte Preta, Campinas/SP ou enviada para o e-mail da Coordenadoria de Patrimônio: cpat@campinas.sp.leg.br.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ _____, concernente ao valor do prêmio total relativo às coberturas dispostas no Termo de Referência, garantidas por meio da apólice a ser emitida na forma do item 2.2.

3.2 - Os valores serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data da proposta.

3.2.1 – A partir de 12 (doze) meses contados da data da proposta, o valor integral do contrato poderá ser reajustado, mediante requerimento por escrito da contratada, com base na variação acumulada de 12 meses do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

3.2.2 - Será admitido um reajuste a cada período sucessivo de 12 (doze) meses, contados da data da proposta ou do requerimento realizado pela contratada.

3.3 - Os valores compreendem todos os custos e despesas necessários à perfeita execução dos serviços, compreendendo – mas não se limitando a – a mão de obra empregada, transporte, hospedagem, uniformes, EPI's, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos e quaisquer outros custos e despesas

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

necessários à perfeita execução do objeto contratado.

3.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº _____.

3.3 - No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no respectivo orçamento, ficando a Câmara obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho e, havendo necessidade, a emitir Nota de Empenho complementar, respeitadas as mesmas classificações orçamentárias.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Cobrir os riscos contratados;

4.2 - Providenciar a regulação de sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela Câmara Municipal de Campinas e ao pagamento das indenizações devidas, se for o caso;

4.3 - Nomear preposto e disponibilizar para a CONTRATANTE todos os meios de contato existentes, endereço, e-mail e telefone;

4.3.1 O Preposto deverá ter pleno conhecimento deste Contrato e da Apólice de Seguro, auxiliando a CONTRATANTE na resolução de suas demandas, de modo a evitar o atendimento desta por meio de Centrais de Atendimento ou Serviço de Atendimento ao Consumidor da CONTRATADA.

4.3.1.1. O Preposto deverá assinar a respectiva carta, demonstrando que está anuindo à responsabilidade.

4.4 – Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o terceiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.

4.5 - Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

4.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7 - Aceitar as modificações necessárias no contrato, em especial no que diz respeito aos tipos de cobertura e valores, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

4.8 - Providenciar total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante a Câmara Municipal de Campinas e ao pagamento das indenizações devidas, se for o caso.

4.9 - Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, exceto as hipóteses de resseguro e cosseguro.

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

4.10 - Guardar sigilo absoluto sobre as informações de que vier a ter conhecimento por força da contratação.

4.11 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Campinas;

4.12 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Campinas, durante a execução do contrato;

4.13 – No caso de negativa de cobertura, em avaliação inicial da seguradora, a Contratada se comprometerá a efetuar pelo menos uma reavaliação administrativa, após solicitação da Contratante e, se for o caso, da apresentação de laudo produzido por servidor da Câmara Municipal de Campinas designado para este fim ou por empresa contratada pela Câmara para tanto;

4.13.1 – A eventual ratificação de negativa deverá ser feita de forma fundamentada e por escrito, assinada pelo responsável legal da empresa, de modo que a Contratante possa, se assim quiser, defender seus direitos por todos os meios cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Informar precisamente os dados para a emissão da apólice;

5.2 – Comunicar o sinistro à CONTRATADA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do conhecimento do fato;

5.3 - Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a CONTRATADA, quando for o caso;

5.4 - Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

5.5 - Comunicar à CONTRATADA quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens ou de risco relevante;

5.6 - Efetuar o pagamento dentro do prazo estabelecido na Cláusula Nona;

5.7 - Acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, por meio de fiscais e gestores devidamente nomeados.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

6.1 Os serviços serão prestados mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

6.2 – A CONTRATANTE comunicará o sinistro à CONTRATADA, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

a contar do conhecimento do fato;

6.3 – A CONTRATADA instruirá a CONTRATANTE e informará as providências a serem tomadas para efetivação do processo de regulação de sinistro, no prazo previsto no item 4.4.

6.4 - O recebimento e a guarda da Apólice caberão à Coordenadoria de Patrimônio da Câmara Municipal de Campinas.

6.5 - Somente será recebida a apólice se estiver plenamente de acordo com as especificações do Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXINÇÃO DO CONTRATO

7.1 – Constituem motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes situações:

7.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

7.1.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

7.1.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

7.1.3.1 – No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, e desde que a CONTRATANTE seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a CONTRATANTE, facultativamente, poderá optar por não rescindir o presente contrato, desde que tal mudança:

a) não tenha sido efetuada com o intuito de fraudar ao certame licitatório;

b) Não tenha acarretado violação à isonomia dos licitantes, prejuízo à obtenção da melhor proposta por parte da CONTRATANTE ou prejudicado de qualquer outra forma os preceitos do certame licitatório;

c) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e

d) não prejudique a execução do contrato.

7.1.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

7.1.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

7.1.6 - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

7.1.7 - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

7.1.8 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

7.1.9 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

7.2 – A extinção do contrato pode ser:

7.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

7.2.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.3 – A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

7.3.1 – retenção dos créditos decorrentes do contrato, para fins de pagamento à CONTRATANTE dos valores das multas e de eventuais indenização por prejuízos sofridos pela CONTRATANTE; e/ou

7.3.2 – a execução da garantia contratual, para ressarcimento à CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/2021):

8.1.1 - Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

8.1.2 - Multa, nas seguintes situações:

8.1.2.1 – de 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do contrato, por dia de atraso para entregar a Apólice do Seguro, até o 15º (décimo quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovida a rescisão do ajuste;

8.1.2.2 – de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do contrato, por dia de atraso para iniciar a avaliação referida no item 4.4, até o 10º dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a rescisão do ajuste;

8.1.2.3 – de 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor da indenização prevista para o sinistro, por dia de atraso para efetuar o pagamento a que se refere o item 4.5, até o 15º dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a rescisão do

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

ajuste, sem prejuízo da continuidade da cobrança da indenização devida;

8.1.2.4 – de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, caso não sejam apresentadas as certidões elencadas no item 8.1.1 deste Contrato ou no caso de verificação de certidões positivas de débitos, sendo que a não regularização ou a reincidência poderá ensejar a rescisão do contrato;

8.1.2.5 - de até 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Contrato, no Termo de Referência ou na lei, não abarcada por outra penalidade mais específica. No caso de reincidência poderá ser promovida a rescisão do ajuste;

8.1.2.6 – Em caso de rescisão do Contrato pela Contratante, decorrente do que prevê os subitens 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3, 8.1.2.4 e 8.1.2.5, ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30 % (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.3 – Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme disposto no parágrafo 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

8.2 - As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

8.3 - As penalidades previstas nos subitens 8.1.1 e 8.1.3, poderão ser aplicadas com as multas previstas no subitem 8.1.2.

8.4 - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao Contratante.

8.4.1 - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

8.5 - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.5.1 – A Contratante poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da Contratada e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à Contratada se comparadas aos prejuízos que esta causou à Contratante.

8.6 - No caso de reincidência da conduta tipificada nos itens 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3 e 8.1.2.4, a Contratante poderá, a seu critério, não optar pela rescisão do contrato, hipótese em que deverá multiplicar o percentual de multa previsto, pelo número de infrações cometidas.

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 – Após a entrega da apólice, conforme objeto deste contrato, a CONTRATANTE receberá o documento de cobrança e deverá aceitá-lo e atestá-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou rejeitá-lo e solicitar correções/substituições.

9.1.1 - A Contratada deverá enviar, junto com o documento de cobrança a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Municipal competente, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

9.1.1.1 - Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer a penalidade discriminada na cláusula nona, item 8.1.2.4;

9.1.2 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

9.1.3 – A Contratada deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

9.1.4 - É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

9.2 - O documento de cobrança não aprovado será devolvido à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição e, a partir da reapresentação do documento correto, se reiniciará a contagem do prazo estabelecido no item 9.1.

9.3 - A Câmara Municipal de Campinas providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias após o ateste do documento de cobrança;

9.4 - A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, a título de indenização, glosa ou penalidade aplicada.

9.5 - Estão incluídos no valor total os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos bens adquiridos;

9.6 - Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

9.7 – O documento de cobrança deverá ser enviado para o e-mail nfe@campinas.sp.leg.br junto com as certidões atualizadas exigidas no item 9.1.1.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

10.1 - O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2023, homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme protocolo interno CMC – ADM 2023/00013, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

10.2 - Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao protocolo interno CMC – ADM 2023/00013, em especial, os anexos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

11.1 - A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante, ou representantes, caso haja necessidade, para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo, a estes as seguintes atribuições, respectivamente:

11.1.1 - Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

11.1.1.1 - Acompanhar a execução dos serviços, verificando, periodicamente, a sua compatibilidade com o disposto no Termo de Referência e no Contrato, dando o aceite na Nota Fiscal somente se executado satisfatoriamente.

11.1.1.2 - Trabalhar como interlocutor entre a Câmara e a Contratada.

11.1.1.3 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à sua regularização.

11.1.2 - Aos gestores: atestar as notas fiscais emitidas pela Contratada, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente; notificar formalmente a Contratada se houver o descumprimento de algum item do Termo de Referência, deste contrato ou da legislação vigente, concedendo prazo para defesa prévia; sugerir que a autoridade superior aplique ou deixe de aplicar as penalidades contratuais contra a Contratada; encaminhar o processo para comissão de aplicação de sanção se for o caso, conforme art. 158 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, em até 05 dias após o recebimento da cópia digitalizada do contrato assinado pelas partes, que será enviada pela Central de Contratos Convênios da Câmara Municipal de Campinas ao e-mail cadastrado da Contratada deste contrato.

12.1.1 - Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, dentre as que seguem:

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.1.2 – No caso de apresentação de seguro garantia, a contratada deverá apresentar em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.1.3 - No caso de opção pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 3 meses a mais em relação à vigência deste contrato;

12.1.4 - No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência, Processo Administrativo ou qualquer outra apuração de descumprimento contratual em curso;

12.1.5 - A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, com correção monetária (mesma aplicável à caderneta de poupança), após a conclusão do objeto do contrato, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações contratuais ou por qualquer outro motivo pertinente à avença e sua execução, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

12.1.5.1 - A CONTRATADA ao momento que efetuar o depósito na modalidade caução deverá informar os dados bancários em que a garantia ou seu remanescente deverá ser devolvida ao final do objeto do Contrato.

12.2 - A CONTRATADA perderá a garantia em favor da contratante se este contrato for rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.

12.3 - Caso haja aditamento de valor contratual, a CONTRATADA deverá complementar a garantia, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) da somatória do valor do contrato e seu(s) aditamento(s).

12.4 - A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Município de Campinas, conforme artigos 174 e 175 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

14.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

14.2. - A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato CMC-ADM-2023/00013.01, conforme a data em que o último representante de uma das **PARTES** qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

14.3 - E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato CMC-ADM-2023/00013.01, vinculado e criado a partir do processo administrativo CMC-ADM-2023/00013.

Campinas, _____

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha 1 : _____
CPF: _____

Testemunha 2: _____
CPF: _____

Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta
CEP 13.041-670 – Campinas/SP



CMC/CV202300046



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÕES

Processo CMC-ADM-2023/00013

Pregão Eletrônico nº xx/2023

EU _____ (nome completo), representante
legal da _____ (denominação da pessoa
jurídica), participante do **PREGÃO ELETRÔNICO** _____ realizado pela Câmara
Municipal de Campinas, **DECLARO** sob as penas da lei:

- a) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) **Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) **Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.**

Campinas, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA.
Documento Nº: 243116-4648 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=243116-4648>



CMC/CV202300046

SIGA